

## **DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE: A CONCEPÇÃO DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB)**

Thiago Carvalho Leal<sup>1</sup> (PROVIC/UNIT); thiaagoocl@gmail.com;  
Livia Peres Milani<sup>1</sup> (Orientador); livialpm@gmail.com

<sup>1</sup>Universidade Tiradentes/Direito/Aracaju/SE.

### **6.00.00.00-7 Ciências Sociais Aplicadas; 6.01.00.00-1 Direito**

**RESUMO: Introdução:** A discussão acadêmica crítica sobre a relação entre direitos humanos e proteção do meio ambiente ganha densidade teórica a partir da reflexão informada pelo ativismo e pelas cosmovisões indígenas. Neste processo, há inovações importantes, como a categoria “direitos da natureza”, a formulação de construções teóricas sobre os conflitos socioambientais e a discussão sobre as insuficiências dos conceitos tradicionais de cidadania. Assim, a pesquisa fundamenta-se na necessidade de examinar e compreender a relação entre os direitos humanos e a proteção do meio ambiente, a partir das visões de mundo e atuação política da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), na construção de uma nova cidadania. Partimos do seguinte problema de pesquisa: como os movimentos indígenas brasileiros, representados pela APIB, concebem os direitos relacionados ao meio ambiente? **Objetivos:** O objetivo geral é avaliar as concepções da APIB sobre direitos humanos e meio ambiente, enquanto os objetivos específicos foram: i) revisar a literatura concernente às discussões sobre Direitos da Natureza, cidadania e conflitos socioambientais; ii) compreender a atuação transnacional de movimentos sociais e indígenas; iii) contextualizar a criação e a atuação nacional da APIB; iv) desenvolver análise de conteúdo dos documentos finais resultantes dos Acampamentos Terra Livre. **Metodologia:** A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e de cunho reflexivo-crítico e estrutura-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental, no qual foi analisado os documentos disponibilizados no site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), por meio do Acampamento Terra Livre (ATL) no período de 2004-2024. **Resultados:** Com base nos estudos e na análise dos documentos disponibilizados no site da APIB, identificaram-se, ano a ano, os temas recorrentes e as lacunas, permitindo delinear os padrões institucionais. Essa leitura revela dinâmicas de persistência, intermitência e emergência temática, compondo um panorama da evolução programática do movimento indígena. Os dados evidenciam a persistência quase contínua da demanda pelo direito à terra ao longo de todo o período analisado, confirmando o conflito territorial como eixo central das reivindicações. Em correlação, os direitos à educação e à saúde aparecem de forma acentuada na maioria dos anos, reforçando a centralidade do acesso às políticas públicas para a reprodução sociocultural. **Considerações:** O estudo reafirma sua importância ao articular direitos da natureza, conflitos socioambientais e cidadania a partir da base documental dos Acampamentos Terra Livre (2004–2024) e do papel organizativo da APIB como rede nacional, consolidando uma série histórica capaz de evidenciar coerência programática ao longo do tempo. Além disso, evidencia a persistência do eixo do direito a terra e a recorrência da demanda por sistemas de educação e saúde diferenciados, elementos que estruturam a agenda e explicam sua continuidade na busca de reconhecimento e luta pelos direitos inerentes a eles.

**PALAVRAS-CHAVE:** APIB, Conflitos socioambientais, Direitos da Natureza.

**ABSTRACT: Introduction:** The critical academic discussion on the relationship between human rights and environmental protection gains theoretical depth through reflections informed by activism and Indigenous worldviews (Acosta, 2019; de la Cadena, 2010; Gudynas, 2020; Souza Filho, 2021). In this process, important innovations emerge, such as the category of “rights of nature,” the development of theoretical constructions regarding socio-environmental conflicts, and the discussion on the inadequacies of traditional concepts of citizenship. Thus, this research is based on the need to examine and understand the relationship between human rights and environmental protection through the worldviews and political actions of the Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB) in the construction of a new form of citizenship. The study departs from the following research question: how do Brazilian Indigenous movements, represented by APIB, conceive

rights related to the environment? **Objectives:** The general objective is to assess APIB's conceptions of human rights and the environment, while the specific objectives are: (i) to review the literature concerning discussions on the Rights of Nature, citizenship, and socio-environmental conflicts; (ii) to understand the transnational actions of social and Indigenous movements; (iii) to contextualize the creation and national performance of APIB; and (iv) to conduct a content analysis of the final documents resulting from the Acampamentos Terra Livre (Free Land Camps). **Methodology:** This research is characterized as exploratory and reflective-critical in nature. It is structured through bibliographic and documentary research, in which the documents available on the official website of the Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB) were analyzed, focusing on the Acampamento Terra Livre (ATL) from 2004 to 2024. **Results:** Based on the studies and analysis of the documents available on APIB's website, recurring themes and gaps were identified year by year, allowing for the delineation of institutional patterns. This reading reveals dynamics of persistence, intermittence, and thematic emergence, outlining an overview of the programmatic evolution of the Indigenous movement. The data highlight the almost continuous persistence of the demand for land rights throughout the entire analyzed period, confirming territorial conflict as the central axis of the movement's claims. In correlation, the rights to education and health appear prominently in most years, reinforcing the centrality of access to public policies for sociocultural reproduction. **Conclusions:** The study reaffirms its relevance by articulating the rights of nature, socio-environmental conflicts, and citizenship based on the documentary foundation of the Acampamentos Terra Livre (2004–2024) and the organizational role of APIB as a national network, consolidating a historical series that demonstrates programmatic coherence over time. Furthermore, it highlights the persistence of the land rights axis and the recurring demand for differentiated education and health systems, elements that structure the movement's agenda and explain its ongoing pursuit of recognition and the defense of inherent rights.

**KEYWORDS:** APIB, Rights of Nature, Socio-environmental conflicts.

#### **REFERÊNCIAS/REFERENCES:**

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2019.

AHOURI, A; LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. *Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível*. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 40, n. 1, p. 231-251, 2017.

ALONSO, A; ACOSTA, V. *Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico*. In: *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, ANPOCS. N.º 53, 1º semestre de 2002.

LAFER, C. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ATTFIELD, R. *The ethics of the global environment*. Indiana: Purdue University Press, 1999.

BERCHIN, I. I.; CARVALHO, A. de S. C. *O papel das conferências internacionais sobre o meio ambiente para o desenvolvimento dos regimes internacionais ambientais: de Estocolmo à Rio+ 20*. *DEBATESVII*, p. 167, 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Constituição do Equador*. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaStfInternacional/newsletterPortaInternacionalFoco/anexo/ConstituicaoEquador.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRITO, D. M. C. et al. *Conflitos socioambientais no século XXI*. *Pracs: Revista de Humanidades do curso de ciências sociais da uniFaP*, v. 4, n. 4, p. 51-58, 2011.

BOLÍVIA. *Ley Nº 71, 21 de diciembre de 2010*. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-L-N71.html>. Acesso em: 02 set. 2025.

CAMPELLO, L. G. B.; DA SILVEIRA, V. O. *Cidadania e direitos humanos*. *Revista Interdisciplinar do Direito-Faculdade de Direito de Valença*, v. 8, n. 01, p. 87-104, 2011.

CUNHA JÚNIOR, D. da. *Curso de Direito Constitucional*. Salvador: JusPodivm, 2019. (ed. 2019).

DA COSTA, E. B; SOBREIRO FILHO, J. *Direito indígena ao uso do território e utopismos patrimoniais no Acampamento Terra Livre, Brasília*. *Revista da ANPEGE*, 2022.

- DA SILVA, J. F. G. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Zahar Editores, 1982.
- DE LA CADENA, M. Indigenous cosmopolitics in the Andes: Conceptual reflections beyond “politics”. *Cultural anthropology*, v. 25, n. 2, p. 334-370, 2010.
- DÉJARDIN, I. P. Cidadania em uma perspectiva multidimensional: diálogos contemporâneos. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, v. 9, n. 3, 2019.
- ECUADOR. Constitución de la República de Ecuador. 20 octubre, 2008. Disponível em: [https://defensa.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2021/02/Constitucion-de-la-Republica-del-Ecuador\\_act\\_ene-2021.pdf](https://defensa.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2021/02/Constitucion-de-la-Republica-del-Ecuador_act_ene-2021.pdf). Acesso em 15 de setembro de 2025.
- FALK, R. The making of global citizenship. In: VAN STEENBERGEN, Bart. *The Condition of Citizenship*. London: SAGE publications, 1994.
- GUDYNAS, E. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2020.
- GUDYNAS, E. *Buen Vivir*: today's tomorrow. *development*, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011.
- GUERRA, V. M. L.; VALIENTE, Maria Francisca. Entre o discurso do “Acampamento Terra Livre” e a (ex)(in)clusão social, o (per) curso identitário dos povos indígenas. *Domínios de Linguagem*, v. 8, n. 3, p. 86-107, 2014.
- GUERRA, E. F. GESTÃO TERRITORIAL NA TERRA INDÍGENA XAKRIABÁ E A GEOPOLÍTICA DAS RETOMADAS. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, p. 1-16, 2011.
- GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio+ 20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. *Ambiente & Sociedade*, v. 19-39, 2012.
- KOLLING, P.; SILVESTRI, M. Reflexões sobre território e terra indígena: aspectos culturais, sociais e jurídicos. *Para Onde!?*, v. 12, n. 1, p. 211-226, 2019.
- LENZI, C. L. CIDADANIA AMBIENTAL: do nacionalismo ao cosmopolitismo.
- LEY N° 071 DERECHOS DE LA MADRE TIERRA. Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/uploads/marco-legal/Ley%20N%C2%B0%20071%20DERECHOS%20DE%20LA%20MADRE%20TIERRA.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2025.
- LITTLE, P. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Anuário antropológico, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.
- PINTO, João Batista Moreira; RIOS, Mariza; BOTIJA, Fernando Gonzáles. Direitos humanos e direitos da natureza: desafios para o sistema jurídico, para o estado e para a sociedade. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vd/a/MZrpNj4dDB85Wkppf3S56vB/>. Acesso em: 18 de mar. de 2025.
- RABELO, T. da S.; MATOS, Fábio de Oliveira; LIMA, Anna Erika Ferreira. A concepção de território e sua importância na gestão de terras indígenas. 2022.
- RUIZ, Sergio. *Cambios institucionales y conflictos sociales en el uso del bosque del norte amazónico boliviano*. Freiburg: Albert-Ludwigs-University, 2005.
- PIMENTA, M. F. F.; NARDELLI, Aurea Maria Brandi. Desenvolvimento sustentável: os avanços na discussão sobre os temas ambientais lançados pela conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, Rio+ 20 e os desafios para os próximos 20 anos. *Perspectiva*, v. 33, n. 3, p. 1257-1277, 2015.
- QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais—Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.
- RAMOS, A. R. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I, n. 1, jul. 2009
- SANTOS, F. L. B. dos. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Editora Elefante, 2018.
- STAHLER-SHOLK, R.; VANDEN, H. E.; BECKER, M. (Ed.). *Rethinking Latin American social movements: Radical action from below*. Rowman & Littlefield, 2014.
- SOLÓN, P. *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SOUZA FILHO, C. M. Jusdiversidade. Revista Videre, v. 13, n. 26, p. 08-30, 2021.

SVAMPA, M. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Editora Elefante, 2020.